



O Diário Mercantil de Juiz de Fora e as transformações da imprensa brasileira nos anos 50 - a cobertura política entre 1955 e 1965¹

Paulo Roberto Figueira Leal² (UFJF), Marcela Penna Carvalho³ (UFJF), Giliard Gomes Tenório⁴ (UFJF) e Lívia Fernandes⁵ (UFJF)

Resumo

Na história da imprensa brasileira, os anos 50 representaram um momento em que experiências inovadoras de jornais como a *Última Hora*, o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* produziram grandes transformações no jornalismo e na própria estruturação dos veículos de comunicação – esse momento representaria a entrada dos grandes jornais brasileiros na *fase empresarial*, em substituição à *fase literária*. Evidências desse processo podem ser extraídas das práticas editoriais dos jornais, inclusive de seus estilos textuais, rumo a uma abordagem mais “objetiva”. O principal jornal de Juiz de Fora do período – o *Diário Mercantil* – não reflete estas mudanças sincronicamente à grande imprensa nacional. Ao contrário, a cobertura política apresentada nas primeiras páginas do jornal mantém-se distante do conceito de “objetividade” nos três anos-base analisados (1955, 1960 e 1965).

Palavras-chave

História da imprensa; Jornalismo político; Objetividade jornalística.

1 - Introdução

Os anos 50 representaram, na história da imprensa brasileira, um ponto de inflexão: as experiências inovadoras de novos jornais como a *Última Hora* e as modificações pelas quais passaram jornais como o *Diário Carioca* demarcaram radicais transformações no fazer jornalístico e na estrutura dos próprios veículos. Com epicentro no Rio de Janeiro, então capital da República, mas se irradiando como modelo para todo o país, este processo chegou a seu paroxismo (e a seu caso exemplar) com a

¹ Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, jornalista pela UFRJ. Professor Adjunto da Facom-UFJF. Autor dos livros **Identidades políticas e personagens televisivos** (Editora Corifeu, 2007), **O PT e o dilema da representação política** (Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005) e **Os debates petistas no final dos anos 90** (Editora Sotese, 2004).

³ Bolsista BIC; aluna da Facom-UFJF.

⁴ Bolsista Provoque; aluno da Facom-UFJF.

⁵ Pesquisadora voluntária; aluna da Facom-UFJF.



paradigmática reforma gráfico-editorial do *Jornal do Brasil* - cujas manifestações visíveis apareceram na segunda metade dos anos 50, sobretudo a partir de 1956.

É possível afirmar que os anos 50 constituíram exatamente o momento em que se consolidou, na classificação proposta por Habermas (2003), a entrada dos grandes jornais brasileiros na *fase empresarial*, em substituição à *fase literária*. Habermas sugere que, na história da imprensa mundial, o desenvolvimento dos jornais acaba por relacionar-se profundamente com a evolução das condições políticas e econômicas nas quais eles vicejam, sendo que em países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra foi no século XIX que os veículos passaram a efetivamente estruturar-se majoritariamente como empresas capitalistas:

Se, no começo, dentro de uma imprensa diária motivada em primeiro lugar politicamente, a reorganização de certas empresas sobre uma base exclusivamente comercial podia representar tão somente uma simples possibilidade de investimento capaz de gerar lucro, em breve isto se tornou uma necessidade para todos os editores. A ampliação e o aperfeiçoamento da base de capital, uma elevação do risco econômico e, necessariamente, a subordinação da política empresarial a pontos de vista da economia de mercado. (Habermas, 2003: 217)

Fernando Lattman-Weltman (1996) argumenta que a década de 50, no Brasil, foi caracterizada por fenômenos como as transformações econômicas, a industrialização e a urbanização, os passos iniciais de uma indústria cultural, a continuidade democrática, entre outros fatores, que foram claramente indicativos das profundas mudanças pelas quais o país passava.

Se enquadrarmos esses dados macroestruturais na moldura mais ampla de determinadas teorias a respeito do desenvolvimento histórico da moderna imprensa escrita, veremos que, ao menos potencialmente, a década de 50 constitui um verdadeiro marco na história de nossa imprensa, marco que assinalaria a virtual superação, entre nós, daquilo que autores como Habermas chamariam de fase do 'jornalismo literário', e a entrada em definitivo nos quadros do chamado 'jornalismo empresarial'. (Lattman-Weltman, 1996: 158)

As evidências da consolidação dos jornais dos anos 50 como empresas de comunicação poderiam, de acordo com Lattman-Weltman, ser aferidas por indicadores extraídos da própria produção noticiosa. Ele sugere a análise de variáveis denotadoras de maior compromisso ou adesão a um padrão de "objetividade jornalística" - que, por sua vez, seria um traço distintivo de uma abordagem jornalística empresarial, e não literária. A presença de textos estruturados no padrão clássico da notícia (com *lead* no lugar de estruturas rebuscadas ou literárias) e títulos com "autonomia de



inteligibilidade” (em certa medida, auto-explicativos, sem necessidade de consulta ao corpo do texto para produzirem sentido), entre outras, seriam algumas dessas variáveis.

Mas se é bastante defensável a tese de que os grandes jornais cariocas (e brasileiros) passaram, ao longo dos anos 50, a ostentar estilos de texto e de diagramação que claramente revelaram a adesão a um determinado padrão de “objetividade jornalística”, o mesmo teria acontecido com jornais de cidades do interior, como Juiz de Fora? Está claro que, por exemplo, as estruturas textuais das páginas da grande imprensa remeteram-se, cada vez mais, a formas discursivas que se afastaram da linguagem literária ou da opinião explícita. Esta adoção de parâmetros supostamente mais objetivos foi acompanhada pela imprensa juizforana do período?

O presente artigo objetiva, portanto, estudar a produção noticiosa do principal jornal de Juiz de Fora naquele momento – o *Diário Mercantil (DM)*, empresa dos Diários Associados de Assis Chateaubriand – em uma área específica: a cobertura política. Entre os anos de 1955 e 1965 é possível apontar evidências de que a cobertura política do *Diário Mercantil* também teria caminhado em direção a uma maior objetividade editorial e à recusa dos estilos literários ou francamente opinativos?

A análise se centrará sobretudo no estilo textual da cobertura política nas primeiras páginas de todas as edições do jornal nos anos-base que circunscrevem o ciclo temporal estudado – os anos de 1955, 1960 e 1965. Apesar de apontar elementos da política nacional, a ênfase do trabalho é buscar como objeto preferencial (mas não exclusivo) o noticiário político local, porque este, como observa Christina Ferraz Musse (2006), era produzido pelo próprio jornal, ao contrário do noticiário político nacional (com a vinculação aos Diários Associados, o material nacional era orientado pela rede). Apontar qual era a presença de temáticas políticas nacionais ou locais na cobertura constituirá também um indicador relevante para a questão proposta.

Márcia Regina Gonçalves Andreola (1995) aponta que, ao nascer, em 23 de janeiro de 1912 (ele encerrou suas atividades em novembro de 1983), o *Diário Mercantil* era um típico jornal político. Fundado por duas lideranças da região – Antônio Carlos de Andrada e João Penido Filho – era o órgão oficial do Partido Republicano Mineiro. Em 1932, passou ao controle de Assis Chateaubriand. Em 1941, sua edição vespertina se transformou no *Diário da Tarde* (voltado a um público mais popular), ficando do *DM* com uma edição matutina – o jornal circulava seis dias por semana, com a exceção das segundas-feiras.



Nos anos 60, inaugurou-se uma era de profundas transformações gráficas no jornal – só em 1968 o periódico contratou seu primeiro diagramador, José Luiz Ribeiro (Musse, 2006: 140; Andreola, 1995: 17). Mas e o texto do jornal? Desde sua incorporação aos Diários Associados, redatores do Rio de Janeiro “deram novo impulso ao jornal” (Americano, Catargo e Nazareth, 1985: 14).

Ou seja, mesmo que mudanças gráficas mais profundas tenham se iniciado apenas no final da década de 60, o fato de o *Diário Mercantil* integrar uma rede de alcance nacional durante o período analisado pelo presente trabalho em tese permitiria ao jornal alterar-se sincronicamente aos grandes jornais brasileiros do período. Mas ele fez esses movimentos em direção a uma estrutura textual mais objetiva? Responder a essa questão (e aos motivos que justificam a resposta encontrada) é o objetivo deste artigo.

2 - A cobertura política em 1955: Minas na Presidência e a cidade tratada de modo burocrático

Foram analisadas as primeiras páginas de 282 edições do *Diário Mercantil* no ano de 1955, em pesquisa realizada no acervo histórico da biblioteca Murilo Mendes. Apesar de o foco principal do trabalho ser a cobertura política local, este ano apresentou pouco material político que não fosse nacional – as questões locais se concentraram principalmente em notícias da Câmara e da Prefeitura municipal.

O ano de 1955 foi marcado pelas eleições presidenciais (vencidas pelo governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek) e este acabou sendo o grande tema abordado pelo jornal, presente em quase todas as edições analisadas. Tal destaque decorre não apenas do óbvio interesse pelo tema, mas também por envolver a figura de um político mineiro – o último presidente mineiro eleito pelo voto direto.

Dessa forma, o *Diário Mercantil* dedicou sua cobertura à eleição presidencial daquele ano, com ênfase na candidatura de Juscelino Kubitschek em detrimento a outras, como as de Ademar de Barros e de Juarez Távora. JK foi destaque desde o início do ano, quando ainda se discutia sua candidatura, passando pela sua vinda à cidade em 4 de fevereiro e 10 de março, como governador, e em 15 de julho e 26 de setembro, como candidato.

A simpatia por Juscelino transpareceu em várias edições. Por exemplo, no dia 6 de fevereiro foi publicado o seguinte texto:



(...) no momento em que o senhor Kubitscheck desembarcava, o nosso fotógrafo colheu o flagrante acima, em que o governador aparece acenando às pessoas que o receberam com grandes aclamações, inclusive com vivas ao futuro presidente da República.

Na edição de 15 de março, a impressão era reforçada pelo título: “A cidade tributou ao governador as mais expressivas homenagens”. Por sua vez, os candidatos Juarez Távora e Ademar de Barros não receberam a mesma atenção, mesmo quando estiveram em Juiz de Fora, em 30 de agosto e 7 de setembro, respectivamente. Neste caso, apenas pequenas notícias informaram sobre suas presenças no município.

Apesar de prejudicada pela grande cobertura dada à política nacional, a política local fez-se presente, ainda que de forma reduzida. Grande parte do conteúdo de política juizforana era apresentada em seções fixas, como a “Câmara Municipal”, a mais constante, e “O Repórter na Prefeitura”, cuja primeira aparição foi em 1º de maio (outras seções, como “Vida sindical” e “Vida estudantil”, apareceram com menor frequência). As seções ocupavam um espaço reduzido na primeira página, geralmente no canto inferior direito, com pequeno destaque e pouco texto.

Mas a marca da cobertura era o burocratismo e a quase total ausência de uma lógica efetivamente jornalística: a “Câmara Municipal”, por exemplo, abordava projetos e discussões, além de discursos dos vereadores, por vezes transcritos na íntegra. Em poucas notícias fugiu-se da mera transcrição do debate, por vezes apresentando uma forma mais livre de redação, outras vezes criticando a atuação dos vereadores. No dia 4 de junho, o *Diário Mercantil* noticiava que “o mais interessante é que, por coincidência, na ocasião em que se discutia o problema do leite, faltou o habitual cafezinho, servido aos vereadores, invariavelmente às 20,15...”.

Em outra oportunidade, no dia 10 de setembro, o jornal faz uma defesa veemente (com escolhas vocabulares recheadas de pedantismos, adjetivismos e juízos de valor) ao prefeito da cidade: “Mas as censuras dirigidas ontem por vereadores ao chefe do executivo pecaram pela improcedência e tiraram ponderável parte da autoridade moral dos edis agressores, cujas assertivas posteriores deverão passar por uma censura maior...”.

A defesa do então prefeito de Juiz de Fora, Adhemar Resende de Andrade, foi marca constante do jornal neste período. Também por isso foi criada a seção “O Repórter na Prefeitura”, responsável por apresentar o cotidiano do Poder Executivo. Além destas seções, poucos temas de política local ganharam destaque no *Diário Mercantil* durante 1955. Sem preocupação em realizar uma diagramação lógica e



organizada, os textos sobre política do *Diário Mercantil* se caracterizam por uma escrita sem compromisso com a concisão e a objetividade (por exemplo, havia pouco uso da terceira pessoa).

São comuns referências a pronomes como “nós”, “nosso/a”. Praticava-se, nas notícias, um estilo similar ao do colunismo social. No dia 3 de junho, assim cobriu o *Diário Mercantil* a visita do deputado federal Vasconcelos Costa a Juiz de Fora: “Com muita fidalguia, foram recebidos, então, por volta das 22 horas, na citada residência. Em meio a um ‘cock-tail’, desenvolveu-se então agradável e proveitosa palestra entre a reportagem e o deputado”.

Em poucas oportunidades o jornal lançou mão de recursos gráficos. Na maioria das vezes, eram utilizados desenhos a bico de pena para representar personalidades, ou mesmo fotos, em baixa escala. Durante a apuração dos votos na eleição para presidente, um simples infográfico foi apresentado, trazendo apenas o número de votos de cada candidato e a porcentagem de urnas abertas.

Portanto, as primeiras páginas do *Diário Mercantil* de 1955 revelam opções editoriais claramente dissonantes daquelas que viriam a caracterizar o conceito de objetividade jornalística dos grandes jornais brasileiros no final daquela década. Mas tal resultado era absolutamente natural naquele momento: em 1955, as grandes reformas dos principais periódicos brasileiros estavam ainda em fase inicial ou sendo gestadas. Mesmo a mais paradigmática das reformas (a do *JB*) só começaria a expor resultados públicos em 1956.

3 - A cobertura política em 1960: facciosismo nas notícias e colunismo como discurso preferencial

As matérias políticas nas primeiras páginas do *Diário Mercantil* em 1960 claramente continuaram refletindo, tal como verificado em 1955, os interesses políticos e ideológicos do jornal sem qualquer preocupação em estruturar discursos que parecessem mais objetivos ou neutros. Ao contrário, posições e preferências políticas do jornal eram assumidas em textos altamente editorializados.

No dia 4 de março, por exemplo, a principal manchete política informava: “Calorosa recepção ao Marechal Lott”, com o subtítulo que lembrava terem sido também ovacionados Tancredo Neves (candidato ao governo de Minas) e o deputado Último de Carvalho. O texto afirmava que “as manifestações recebidas pelo candidato à Presidência da República em nossa cidade foram as mais expressivas, numa



demonstração do apreço, da simpatia e da confiança de grande parte da população local na pessoa do ex-Ministro”. O jornal ressalta as qualidades do candidato a presidente e frisa que a “população está ao lado de Lott”.

Paradoxalmente, também Jânio Quadros - o adversário de Lott nas eleições de 1960 - recebeu tratamento entusiástico quando de sua visita à cidade. Na edição dos dias 4 e 5 de setembro, o jornal derramou-se em elogios ao candidato.

Consagração a Jânio e Magalhães - “Meu compromisso é com o povo brasileiro”, disse o candidato à presidência – Magalhães reafirmou sua esperança de vitória – Milhares de pessoas ouviram os candidatos opositoristas. O que se viu ontem no Largo do Riachuelo foi uma verdadeira consagração aos srs. Jânio Quadros e Magalhães Pinto, a quem a multidão não cessava de aplaudir delirantemente, permanecendo indiferente a chuva que caía até o término do comício.

As eleições para presidente, vice-presidente, governador e vice-governador tiveram destaques nas manchetes do *DM* durante todo o ano: a frequência das manchetes relacionadas à política nacional ou estadual foi de 75,75%. Durante todo o ano, as matérias do *Diário Mercantil* explicitavam suas simpatias por políticos, como foi o caso do candidato a vice-governador do Estado, San Tiago Dantas, objeto de matéria no dia 23 de agosto:

San Tiago fez quase o impossível: Em 3 dias conquistou uma cidade! Com o ar simpático e confiante de quem espera ser vitorioso nas próximas eleições – o que não é de se espantar, dado seu prestígio e capacidade – o sr. San Tiago Dantas, candidato a vice-governador do Estado, fala a reportagem “associada”.

Esta assimetria entre as coberturas nacional e local se manteve durante todos os meses. De 25 edições do mês de janeiro de 1965, 84% tinham como manchetes temas relacionados à política nacional. A única matéria com enfoque local durante todo o mês de janeiro não tratava de política, e sim sobre uma suspensão do abate de gado na cidade (6 de janeiro). Outra tônica da cobertura política do *DM* ao longo de 1960 foi a presença majoritária de colunas sobre política, mais do que de notícias sobre política.

A coluna “Fatos de Política” apareceu em cinco edições do *DM* de janeiro. A sua frequência no jornal era relativamente pequena. Nos subtítulos eram tratados temas sem relação entre si, com, aproximadamente, três parágrafos. Apesar de a coluna nunca ocupar posições de destaque na primeira página, com frequência utilizava recursos gráficos – em 1960, comparativamente a 1955, o *Diário Mercantil* fazia mais intensamente uso de fotos na primeira página (ao longo de todo o ano, a média é de uma foto e meia por dia).



A coluna de Hippolyto Teixeira teve suas primeiras edições em março, mas já em abril ela se tornava presente em todos os domingos e assim seguiu até o fim do ano. Assuntos como política e comportamento eram tratados pelo articulista, mas com uma abordagem que hoje seria claramente designada como anti-jornalística, exemplificada pelos títulos sem qualquer autonomia de sentido - vide “Marco da redenção” (3 e 4/4); “A formação do jornalista” (5 e 6/6); “O último reduto” (11 e 12/12); “Trabalho e justiça” (24 e 25/4); “Fase de retrocesso” (1 e 2/5); “Imperativo do momento” (15 e 16/5).

Mas a seção “Cortina” foi a que, com mais frequência, ocupou espaço de primeira página nos primeiros meses de 1960. Em janeiro ela apareceu em 79,1% dos dias. Em fevereiro, em 66,7%. Localizava-se na coluna do canto esquerdo da primeira página e sistematicamente trazia notas políticas. A “Cortina” era assinada por Artaxerxes e sua linguagem era livre, sem qualquer preocupação com padronização textual (e, por vezes, nem com a apuração dos fatos) – havia, inclusive, denúncias graves sem que os acusados fossem ouvidos.

O dia 1º de janeiro é um bom exemplo para análise do total descompromisso com os valores hoje predominantes no jornalismo – seja em termos de forma, seja em termos de conteúdo:

Numa roda, ontem, o Sr. Abel Rafael declarou ter chegado ao seu conhecimento que está havendo uma grossa “marmelada” com as apólices da prefeitura de Juiz Fora. Tal declaração deu motivo a muitos comentários, que não registro porque não tenho imunidades parlamentares. Mas o deputado integralista declarou que, se puder pegar alguém pelo gogó, não deixará de fazê-lo. E citou nomes que estão em seu caderno. O mesmo deputado declarou que o povo já está tolerando os prefeitos peculatórios. O de Niterói, diz ele, foi metido na cadeia. O de Passos, em Minas, (ou Patos, não gravei bem) também foi detido e se suicidou-se (*sic*) na prisão, e de Volta Redonda – o tal que sorteou cargos da Prefeitura, na véspera da eleição – fugiu, levando todo o dinheiro que havia nos cofres municipais.

A coluna “Câmara Municipal” (CM) esteve presente no *DM* em quase todos os meses de 1960, exceto em julho, quando os vereadores estavam em recesso, mas sempre com pouco destaque no jornal. O seu conteúdo contava o cotidiano dos vereadores – ainda com um estilo burocrático, similar à escrita oficial das atas (vide a edição de 8 de dezembro: “Com a fala o sr, Pedro de Castro, alguns minutos depois, o Expediente (curtíssimo) era encerrado”).



A última edição da CM em 1960 foi a do dia 10 de dezembro e teve um grande destaque para matéria política, ocupando quase meia página, logo abaixo da manchete do jornal. Mas a reportagem não se desvencilhou da lógica dos relatos burocráticos. Destaque para o anti-*lead* da matéria, que em nenhum momento apresentou de modo claro o que efetivamente foi discutido ou aprovado pelos vereadores.

Com a realização de uma sessão extraordinária a Câmara Municipal, sob a presidência do sr. Godofredo Botelho, encerrou hoje (sic) seus trabalhos referentes ao corrente ano. Mais de dez projetos foram aprovados além do que, na sessão extra, apresentaram-se numerosos requerimentos e indicações. Os detalhes, e alguns projetos, foram acalorados provocando interesse no plenário. Na “extra” que foi até a madrugada de hoje, reinou certa confusão, principalmente durante a apreciação de um veto do prefeito quando até alguns elementos da situação chegaram a votar contra... Talvez por sono!

Outro exemplo ilustrativo da falta de objetividade textual (e de uma lógica de profunda adjetivação) foi o texto de 27 de maio, no qual o assunto que consta do título (“II Congresso Sindical em marcha”) só apareceu na última linha da matéria – na verdade, a informação foi tratada como secundária na abordagem textual escolhida.

II Congresso Sindical em marcha - O Repórter, ontem, encontrou-se com Clodsmith Riani. Este moço pobre e trabalhador, que continua sendo, integralmente e acima de tudo, um sindicalista. Se fôssemos cronista social, contaríamos o que aconteceu, na resistência do referido deputado, o nascimento do décimo rebento. Como não somos, contamos apenas o que, com ele, conseguimos apurar. (...) Depois de nos inteirarmos da intensa atividade, que será mantida por Riani nos próximos dias, procuramos maiores detalhes sobre o II Congresso Sindical em Minas, já que ele é o presidente da comissão organizadora do referido congresso.

Outro exemplo de anti-*lead* aparece no dia 19 de julho:

Rodoviária vai sair: assinado o convênio com o Estado em Belo Horizonte - O prefeito Olavo Costa, que esteve nos primeiros dias da semana passada, em Belo Horizonte, tratando de vários assuntos ligados ao interesse da cidade, informou à reportagem Associada na manhã de sábado, logo após a Páscoa dos Servidores Municipais, à qual esteve o presente, que durante sua estada na Capital do Estado, assinou o convênio para construção da Estação Rodoviária de Juiz de Fora, com o governador José Francisco Bias Fortes.

As marcas da cobertura política do Diário Mercantil em 1960 foram o tratamento não objetivo aos candidatos à eleição daquele ano (ao contrário, os textos eram claramente estruturados de modo a adjetivá-los, mais do que destinados à apresentação de fatos de campanha) e a predominância da lógica discursiva das colunas, com escassa presença de notícias. As estruturas dos textos reverberavam uma lógica de



não objetividade, distanciando a cobertura dos parâmetros que constituíram as reformas da grande imprensa brasileira no final dos anos 50 e início dos anos 60.

4 - A cobertura política em 1965: a defesa do regime militar e Juiz de Fora como a “Capital Revolucionária”

Foram analisadas as primeiras páginas de 288 edições do jornal no ano de 1965 (quinze edições não foram incluídas porque não estavam disponíveis no acervo da biblioteca Murilo Mendes). Mais uma vez, a temática que ganhou mais destaque foi a política nacional (59,3% das manchetes principais, contra 8% de manchetes sobre política local; 6,25% de matérias sobre política estadual; 6,59% sobre economia nacional; 3,2% sobre matérias internacionais; 3,1% sobre economia local; 2% sobre a questões da vida na cidade; 1,7% sobre o país; e 0,34% sobre esportes).

Já se percebia, em 1965, que alguns títulos apresentavam maior autonomia de sentido - vide “Governo poderá enviar hoje ao congresso a mensagem de aumento dos servidores civis e militares da União” (29/10) -, mas o conteúdo geral ainda refletia alta imprecisão e facciosismo, manifestado na explicitação sistemática de juízos de valor.

Exemplares dessa abordagem marcada pela anti-notícia foram títulos como “O 34º aniversário da fundação dos Correios Aéreo Nacional ressaltado ontem em discurso do Presidente da República” (13 e 14/06) ou “Castelo Branco declarou aos jornalistas em Belo Horizonte que as reformas estão sendo realizadas em ambiente de calma” (02/04). A adjetivação continuava a vicejar nos textos sobre política do *DM*: “Vitória da democracia e da opinião pública do país” (24/03); “A capital revolucionária viveu o 1º aniversário do movimento redentor” (01/04)

O jornal, durante todo o ano, demonstrou alinhamento sistemático com o regime militar recém-instalado. Como observou o jornalista Wilson Cid em entrevista a Christina Ferraz Musse (2006:145), o *DM* dava amplo espaço para matérias de interesse da ditadura (segundo Cid, setores importantes da administração da empresa eram próximos dos militares ou de partidos e entidades de direita). É recorrente o uso da expressão “Capital Revolucionária” (1/4) para designar Juiz de Fora, já que foi da cidade que partiram as tropas rumos ao Rio de Janeiro, dando início efetivo ao golpe militar:

A capital revolucionária viveu o primeiro aniversário do movimento redentor: Juiz de Fora viveu de uma maneira eloqüente a comemoração do 1º aniversário da revolução democrática. (...) A programação extensiva e bem organizada foi desenvolvida normalmente e contou com o prestígio maciço da população, que



manifestou, assim, uma vez mais, o seu decidido apoio ao Movimento que livrou o Brasil das garras do Comunismo e da corrupção.

O segundo semestre teve amplo predomínio da cobertura de política nacional (nesse período, o “Informativo local” e a coluna “Câmara Municipal” quase não apareceram na primeira página - nos meses de novembro e dezembro, por exemplo, não houve nenhuma edição com alguma dessas colunas na capa). Temas como a volta de Juscelino ao Brasil, as primeiras eleições depois do golpe e os Atos Institucionais ganharam destaque nas edições do *DM*.

Nesse período, alguns títulos chegaram a ser tornar risíveis pelo conjunto de preconceitos emitidos: “O Próprio Miguel Arraes confirma sua posição de comprometimento com o credo Comunista” (15/08); “Subversivos vitoriosos nas urnas não tomarão posse” (18/8); “Agitadores terão que deixar o povo trabalhar pois serão contidos em sua sanha subversiva” (23/11).

Foi no primeiro semestre do ano que as matérias sobre política local apareceram com maior incidência na primeira página. Eram em média 11 matérias de política local por mês destacadas na capa. Essas matérias em sua maioria apareceram logo abaixo da manchete principal, ou no canto superior direito. O jornal trazia também quase todos os dias o “Informativo local” (na coluna “Notícias em resumo”).

Mas nem sempre os temas tratados nas colunas eram plenamente locais e nem sempre discutiam questões políticas, como pode ser ilustrado pelo conteúdo da edição de 1º de janeiro: uma nota sobre escritora juizforana indicada para um prêmio literário francês; outra sobre publicação no Diário Oficial do Estado de artigo da lei que interessaria a professoras primárias desviadas de função; a realização do festival Greta Garbo em cinemas de Juiz de Fora; notícia sobre a lotação de hotéis ou pensões “de qualquer categoria” na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, nenhuma nota tratava realmente sobre política local.

Quando a cobertura realmente envolvia personagens locais, com frequência o assunto era também relacionado à política nacional. É o caso da matéria publica no dia 6 de janeiro sobre processos contra político juizforano Cleudsmith Riani, de oposição ao regime militar.

A coluna “Câmara Municipal”, quando publicada na primeira página, ocupava o canto direito inferior. Seu conteúdo era um resumo das atividades dos vereadores – mais uma vez numa cobertura burocrática e marcada pela apresentação explícita das



preferências do jornal (vide, no dia 18/2, o texto “há dias, o vereador Rodinel Pimenta Brasiel, que se preocupa com a carência de habitações para os trabalhos no município, enviou por intermédio da Câmara uma sugestão ao presidente do Banco Nacional de Habitação visando à instalação de uma Agência ou departamento daquele órgão federal aqui”).

Os juízos de valor abundam nos textos supostamente noticiosos, como exemplifica texto do dia 3/2:

Departamento de turismo em JF existe apenas para dar emprego - Vai mal o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal. O seu começo pelo que estamos observando, não o recomenda em nada, pois até agora desperdiçou as oportunidades que desfrutou para intervir em favor do progresso de Juiz de Fora.

A pouco delineada fronteira entre jornalismo e opinião marcava a cobertura política do *Diário Mercantil* em 1965. Na semana do Exército, o jornal publicou, desassociadas de qualquer remissão a algum outro conteúdo jornalístico, frases de apoio às Forças Armadas: “A 31 de março, Juiz de Fora e seu Exército, Unidos, salvaram a Nação” (21/08); “O Exército Brasileiro tem estado sempre identificado com o povo: é ele uma parcela desse povo” (22/8); “Exposição sobre a vida do soldado: Parque Halfeld” (24/8).

Sintomática da adesão incondicional ao novo regime foi a cobertura dos dias 3 e 4 de janeiro, na qual o jornal publicou um resumo com os principais acontecimentos de 1964, com foto destacada do General Mourão Filho, acompanhada da legenda:

O Brasil inteiro foi sacudido com as decisões de um valoroso militar, às 17h do dia 31 de março (e não 1º de abril como muitos jornalistas insistem no registro histórico) que na sua proclamação, disse CHEGA, à comunicação que tomara conta do país. Após a assinatura da proclamação (foto) e lendo-a p/ que o mundo conhecesse os verdadeiros brasileiros, as tropas de Minas Gerais, contra todos os riscos, partiam rumo à Guanabara. Horas depois, o general Mourão Filho entrou no Rio. Na verdade, o sr. João Goulart não mais comandara o Brasil naquele instante.

Outras duas fotos - do Governador Magalhães Pinto e do deputado João Calmon – eram destacadas nessa mesma primeira página. A legenda associada ao deputado era denotativa da mistura entre informação e opinião, numa escrita recheada de posições subjetivas:

Cidadão Honorário de Juiz de Fora é o primeiro brasileiro a desafiar a oligarquia que imperava no país enfrentando o “desabusado” cunhado do Presidente. A luta que o deputado do Calmon travou em defesa da democracia teve o extraordinário mérito de ter sido movida numa fase inquietante colocando-o sobre a mira dos extramados que assessoravam o presidente



deposto. Sua luta precedeu aos acontecimentos que eclodiram no dia 31 de março. João Calmon acompanhou – liderando a maior organização jornalística da América Latina – a vitoriosa marcha do exército comandado por Mourão Filho e sentiu, cristalizado, seu ideal democrático.

Enfim, a cobertura política do *DM* em 1965 se caracterizava por dois traços perenes: associação entre conteúdo jornalístico e opinião (principalmente na defesa do golpe e do regime militar) e pouca ênfase em questões locais. A prevalência de temas políticos nacionais – e, conseqüentemente, escassa participação de temas locais – pode ser demonstrada até pelas opções editoriais no uso da fotografia: apesar de, em média, o jornal publicar em 1965 duas fotos diárias nas capas, as fotografias referentes à política local representaram apenas 7,9% do total, menos do que as fotografias de pontos turísticos, carnaval e eventos culturais realizados no Rio de Janeiro - 9% do total.

5 – Conclusões

A análise das primeiras páginas do *Diário Mercantil* no ano de 1955 revelou que as opções editoriais do jornal juizforano (como era de se esperar, já que as reformas nesse momento estavam ainda se iniciando nos grandes jornais) ainda não incorporavam o conceito de “objetividade jornalística”. A ênfase da cobertura política se deu nas eleições presidenciais e a cobertura local era tratada não apenas periféricamente, mas com uma abordagem (inclusive do ponto de vista textual) burocrática.

Em 1960, a produção textual adjetivada e a prevalência de colunas – mais do que notícias – na cobertura política local indicava uma permanência da perspectiva facciosista (políticos próximos do jornal eram elogiados sem constrangimentos e muitas vezes os fatos ocupavam as últimas linhas das matérias – abundavam textos que na verdade eram exemplos de anti-notícias). Nesse momento, muitos dos grandes jornais brasileiros – mas não todos – já haviam passado por profundas reformas editoriais e estavam em processo de consolidação interna e irradiação externa dessas transformações.

Em 1965 estas mudanças vivenciadas pela grande imprensa brasileira no final dos anos 50 já constituíam um bem-sucedido modelo a se seguir país afora. Contudo, mesmo ali, em meados dos anos 60, a cobertura política do *Diário Mercantil* continuava se caracterizando pela permanente associação do conteúdo jornalístico à opinião explícita – inclusive com soluções textuais visivelmente bajulatórias ao recém-instalado regime militar. Nesse período, Juiz de Fora era tratada como a “Capital



Revolucionária”, ao mesmo tempo em que a cobertura política local era negligenciada nas escolhas editoriais do jornal.

Em certo sentido, a política local foi “escondida” (é indicativo o fato de fotografias referentes à política local representarem apenas 7,9% do total de fotos publicadas na primeira página, contra 9% de fotografias de pontos turísticos, carnaval e eventos culturais realizados no Rio de Janeiro). Mesmo quando revelada, a política local se apresentava a partir de escolhas textuais e editoriais baseadas em fórmulas viciadas, claramente distantes do modelo de “objetividade jornalística” que já vicejava no país.

É óbvio que esta presença residual de cobertura local pode também ser consequência de questões identitárias em Juiz de Fora. Como observa Christina Ferraz Musse (2006), a identidade juizforana é marcada por uma construção simbólica *fronteiriça*:

Estar em Minas, mas não se sentir exatamente um mineiro, é um sentimento experimentado pelo poeta Affonso Romano de Sant’Anna, ao falar de Juiz de Fora, a cidade aonde viveu, dos três aos vinte anos. “E a gente achava Minas distante. Juiz de Fora só virou Minas depois que JK abriu a estrada nova para Belo Horizonte”. Juiz de Fora não se identifica com o perfil de “mineiridade” (...) (Musse, 2006: 24)

Mas é preciso incluir outros determinantes na consideração do fenômeno. O relativo atraso na incorporação, pelo principal jornal de Juiz de Fora, das novas concepções de jornalismo que o país adotava pode também ser consequência de variáveis institucionais. Como observa Andreola (1995), em tese reforçada por Musse (2006), “somente em 1961, com a chegada da UFJF, a redação do Diário Mercantil começa a passar por uma grande transformação, o jornal passa a contar com profissionais formados em Jornalismo.” (Andreola, 1995:16)

Ou seja, o fato de que o *Diário Mercantil* não tenha apresentado em 1965 a incorporação de uma concepção mais contemporânea de jornalismo talvez se deva ao fato de que, exatamente nesse período, estava se iniciando o processo de efetiva profissionalização da redação. Com isso, fica sugerida uma agenda de estudos que indique de que modo o ciclo posterior (a partir da segunda metade dos anos 60) abordou as coberturas jornalísticas da política local.

6 - Referências

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.



ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil – jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMERICANO, Álvaro; CAMARGO, José; NAZARETH, Sylvio. *O jornalismo impresso em Juiz de Fora – histórias e propostas*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. *Diário Mercantil – um marco no jornalismo de Juiz de Fora*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os anos “dourados”. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LOPES, Josiane; BARROS, Levindo. *Jornalismo político em Juiz de Fora – uma tentativa de compreensão*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1983.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MARQUES DE MELO, José. *História social da imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.